



1  
2  
3 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
4 **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

5 **Ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de**  
6 **Florestas Públicas**

7  
8 Às 09h00, do dia 10 de maio de 2017, no Edifício do CENAFLO, na Sede do Serviço  
9 Florestal Brasileiro, em Brasília, Distrito Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 32ª  
10 Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Raimundo  
11 Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro/MMA, Presidente Substituto da  
12 Comissão.

13  
14 Estiveram presentes os membros: Raimundo Deusdará Filho (Serviço Florestal Brasileiro –  
15 SFB), Roque João Tumolo Neto (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações –  
16 MCTIC), Capitão-de-Mar-e-Guerra Rogério de Oliveira Gonçalves (Ministério da Defesa – MD),  
17 Cássio Modesto Rosa (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Hugo Leonardo Ogasawara  
18 Sigaki (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Raquel de Oliveira  
19 Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Andre Sócrates de Almeida  
20 Teixeira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA),  
21 Carlos Alberto Ramos Ansarah (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA),  
22 Adelaide de Fatima Gonçalves de Oliveira (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Mario Cesar  
23 Mantovani (Associação Nacional Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente –  
24 ANAMMA), Vilmar Osovsky (Confederação Nacional dos Sindicatos de trabalhadores nas Indústrias  
25 da Construção e da Madeira - CONTICOM), Iannuzy Tapajós Mota (Coordenação das Organizações  
26 Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB), Glauber Marcio Sumar Pinheiro (Sociedade Brasileira  
27 de Engenheiros Florestais – SBEF), Manuel Amaral Neto (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos  
28 Sociais - FBOMS), Leonardo Martins Sobral (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais -  
29 FBOMS), Antônio Luiz Menezes de Andrade (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio  
30 Ambiente - ABEMA) e Humberto Ângelo (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –  
31 SBPC).

32  
33 Também estiveram presentes os seguintes representantes do Serviço Florestal Brasileiro –  
34 SFB: Marcus Vinicius da Silva Alves, Joberto Veloso Freitas, Carlos Eduardo Portella Sturn, Marcos  
35 Bauch, Henrique Dolabella, Claudia Maria Mello Rosa e Ângelo Ramalho, além de Mário Cardoso  
36 da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

37  
38 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Presidindo os trabalhos,  
39 cumprimenta todos e confirma o quórum. Solicita que todos se apresentem. Dá início aos trabalhos  
40 deixando em aberto a apresentação de sugestões ou correções em relação a ata da 31ª Reunião  
41 Ordinária da CGFLOP.

42  
43 **O SR. HUGO LEONARDO OGASAWARA SIGAKI (Ministério do Desenvolvimento,**  
44 **Indústria e Comércio Exterior - MDIC)** – Solicita que na página 6, item de pauta: Plano Anual de  
45 Outorga Florestal, da ata supracitada, seja alterada a redação para algo que indique que o Plano foi  
46 apreciado e não aprovado pela CGFLOP como consta da ata.

47 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Informa que será feita a referida  
48 alteração, pergunta se há mais alguma observação. Não havendo, considera aprovada a ata da 31ª  
49 Reunião da CGFLOP. Solicita, em seguida, a apresentação do 1º Informe pela Gerente Executiva  
50 Cláudia Maria Mello Rosa.

51 **1º INFORME: INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL – IFN**

52  
53 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Realiza  
54 a apresentação do informe sobre o Inventário Nacional Florestal – IFN.

55 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece pela apresentação do  
56 informe e pergunta se há questionamentos ou esclarecimentos em relação ao tema.

57 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Parabeniza o trabalho realizado pelo  
58 Serviço Florestal Brasileiro, com relação ao Inventário Nacional que é de extrema importância para  
59 todo o Brasil. Pergunta o que se espera dos membros da CGFLOP em relação à apresentação do  
60 informe sobre o Inventário Florestal Nacional, contribuições específicas ou é apenas informativo,  
61 tendo em vista que está assumindo cadeira como titular representante do FBOMS.

62 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Diz que é um informe, porém  
63 se espera que os membros se engajem no processo, façam contribuições, críticas, sugestões. Fala que  
64 é um momento de interagir, sugerir, criticar, porque o esforço é hercúleo. Fala que recentemente saiu  
65 um decreto alterando as competências do Serviço Florestal Brasileiro e que, portanto, o SFB  
66 formalmente gerencia o Sistema Nacional de Cadastramento Ambiental Rural que era uma atribuição  
67 que estava no SFB, mas não estava consolidado do ponto de vista normativo. Diz, também, que o  
68 SFB recebeu a atribuição da emissão e do gerenciamento das cotas de reserva ambiental, que é um  
69 título nominativo, que será emitido em cima de excedentes de reserva legal; recebeu também  
70 atribuição de articular a elaboração dos PRAs – Programas de Regularização Ambiental junto aos  
71 Estados; do PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais e uma atribuição que é extremamente  
72 importante que é a gestão do Programa Nacional de Florestas. Portanto, o Serviço Florestal recebeu  
73 um conjunto de novas competências e talvez o maior desafio seja integrar essas ações: como integrar  
74 o inventário com o CAR, etc. Fala que o SFB está lançando um programa recente no processo do  
75 PRA, um programa forte de recuperação, recomposição que vai se utilizar das informações do  
76 inventário, do CAR e das concessões, os armazéns de sementes em vida. Ressalta que as reuniões da  
77 CGFLOP são momentos de conversar, debater, sugerir, reivindicar, criticar. Esse é o papel dos  
78 membros.

79 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVES DE OLIVEIRA (CNI)** – Fala que já viu a  
80 apresentação do IFN em reunião na CNI e que acha necessária a integração não somente com o CAR,  
81 mas também com o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em  
82 razão da lista das espécies ameaçadas e que também possui mapa da área prioritária para conservação.  
83 Diz que a prioridade maior deve ser a Amazônia, pois tem recurso do Fundo da Amazônia, não que  
84 todo inventário não seja importante, mas só para não correr o risco.

85 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Diz que  
86 na reunião que ocorreu na CNI falaram da importância de ter um trabalho que dê o plano de fundo e  
87 que todos conheçam a metodologia, que dê o embasamento para a legislação, e que saibam como foi  
88 coletado o dado e como ele foi processado para dar embasamento as legislações vigentes.

89 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVES DE OLIVEIRA (CNI)** – Parabeniza o trabalho  
90 que é muito importante para todos e pede que sejam sempre informados, para dar sugestões.

91 **O SR. MANOEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Parabeniza inicialmente e fala do interesse pessoal  
92 no trabalho que irá desenvolver na comissão. Diz que é uma oportunidade para antecipação de alguns  
93 conflitos que tem presenciado em algumas concessões. Então, primeiro, se tem algum feedback para  
94 dar em torno disso, e que vai pessoalmente procurar conhecer a metodologia que está sendo utilizada  
95 para o levantamento junto às comunidades. Fala que já tem alguns trabalhos que estão sendo feitos  
96 na Amazônia e em outros territórios para fortalecer o inventário.

97 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Informa  
98 que no site do Serviço Florestal tem a metodologia, tem os formulários, qual é a pesquisa, quais são  
99 as informações coletadas. Fala que se espera cada vez mais organizar, mas que ainda há dificuldade  
100 com relação aos bancos de dados que estão um pouco lentos. Diz que, infelizmente, na Amazônia  
101 está meio devagar, apesar dos recursos internacionais, uma vez que cada um é gerenciado de uma  
102 forma e o recurso da Amazônia entra no orçamento da União e tem um pouco mais de dificuldade.  
103 Pede para quem puder ajudar a divulgar o IFN para as pessoas do campo, dizendo que o inventário é  
104 um estudo das florestas do Brasil e não é fiscalização.

105 **O SR. MANOEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Diz que o Instituto Internacional de Educação do  
106 Brasil – IEB, o qual é coordenador, está fazendo um trabalho junto com o Governo do Distrito Federal  
107 - GDF, de recomposição dentro de duas bacias críticas do Distrito Federal. Fala que se tem a  
108 percepção de que a crise hídrica é do reservatório para a torneira e está tentando resgatar a visão do  
109 reservatório para a nascente. Fala que o inventário ajuda no caso de qualificar como a restauração  
110 deve ser feita. Não se fazer meramente um plantio, e sem tentar mexer com a paisagem, ou algo um  
111 pouco mais complexo. Pergunta qual é o envolvimento dos Estados no inventário, como se faz um  
112 Inventário Florestal Nacional e qual é a base que se usa nos Estados para poder trabalhar.

113 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Fala  
114 que se faz por acordo de cooperação técnica, geralmente com o órgão ambiental do Estado e  
115 geralmente com as Universidades. Diz que o Serviço Florestal Brasileiro tem vários acordos de  
116 cooperação técnica o que dá mais o apoio político no Estado. Informa que na Amazônia o Serviço  
117 Florestal Brasileiro está desenvolvendo alguns laboratórios para fazer estudos, desenvolvimento de  
118 equações alométricas, que são equações que ajudam a fazer as medições de campo e ajuda a fazer o  
119 cálculo do carbono, da biomassa. Fala que serão três laboratórios no Acre, no Pará e no Amazonas  
120 para desenvolver pesquisas, pois esse inventário é muito amplo e interessante para a questão de  
121 mudanças climáticas. Ressalta que os laboratórios serão construídos por meio de Termos de Execução  
122 Descentralizada (TED) junto as Universidades. Disse que no Ceará o Inventário já está mais  
123 avançado, pois já houve uma conversa com o governador, já foram entregues os resultados, e agora  
124 o trabalho é com a equipe da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS  
125 para novos passos e uso dos dados para outras questões. Diz que o Instituto de Instituto Nacional de  
126 Colonização e Reforma Agrária - INCRA já pediu os dados.

127 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Diz que a dificuldade que o  
128 Governo tem é que se divulga mal o que faz ou não divulga. Fala que por isso precisa do apoio de  
129 todas Instituições, Entidades para que se ajude a divulgar. Ressalta que todos podem acessar os dados,  
130 usar, divulgar, criticar, demandar, pois isso é importante para o Serviço Florestal Brasileiro.

131 **O SR. ROGÉRIO DE OLIVEIRA GONÇALVES (Capitão de Mar e Guerra/MD)** – Parabeniza  
132 a apresentação sobre o Inventário Nacional e particularmente ao senhor Marcus Vinicius (Diretor do  
133 SFB), pela apresentação sobre o Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF 2018, feita no dia anterior  
134 no Conselho de Defesa Nacional – CDN. Fala que uma experiência muito positiva que não é feita  
135 com tantos recursos, é o Projeto Rondon, ele se desenvolve com outros objetivos, outras metas, mas  
136 sem tanto recurso e que trabalha com as Prefeituras, com as sedes mais simples das Unidades

137 Federativas. Diz que talvez seja uma sugestão para se pensar, se não é o caso, também, de ter um  
138 modelo mais ou menos parecido no inventário, que se utiliza de uma mão de obra extremamente  
139 barata e que às vezes as próprias Universidades têm o interesse de colocar os seus estudantes em  
140 campo, em áreas específicas, que possam realmente contribuir, a um custo baixo, e trazer muito  
141 retorno para as pessoas, que tem a experiência de vida, e que nunca mais se esquecem de ter  
142 participado do Projeto Rondon num determinado momento da sua vida acadêmica.

143 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Fala  
144 que se pode pensar nisso para o segundo ciclo, pois o SFB não tem recurso assegurado para o segundo  
145 ciclo do Inventário.

146 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a sugestão do Sr.  
147 Rogério de Oliveira.

148 **O SR. ROGÉRIO DE OLIVEIRA GONÇALVES (Capitão de Mar e Guerra/MD)** – Diz que é  
149 um Projeto que trabalha não com os Estados e sim com os Municípios se fazendo um planejamento  
150 com as equipes que vão para campo. Fala que são várias universidades que contribuem porque tem  
151 interesse que os acadêmicos tenham esse tipo de experiência, de vivência, de conhecimento, e o  
152 estudante do Norte que vai para o Sul, e o do Sul que vai para o Norte, tendo uma vivência de Brasil.  
153 É um Projeto que nunca parou, apesar de todas as dificuldades de recurso.

154 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a sugestão e diz vai  
155 incorporar. Aproveita para agradecer o apoio na reunião da Defesa ocorrida no dia anterior, onde o  
156 Diretor Marcus Vinicius apresentou o PAOF 2018.

157 **O SR. VILMAR OSOVSKY (CONTICOM)** – Parabeniza a apresentação e diz que o Inventário é  
158 muito importante para a sociedade. Diz que representa a Central Única dos Trabalhadores de Santa  
159 Catarina, e que leva esse debate para dentro da CUT, de o que é que se quer com as florestas públicas.  
160 Questiona qual floresta pública existe em Santa Catarina. Se é o Pinus, que mata trabalhador, que  
161 explora e que tem toda uma problemática sobre o plantio, que serve só para algumas pessoas e para  
162 as outras não serve. Fala também da questão do eucalipto, que é uma outra praga na natureza em  
163 Santa Catarina, porque pode chover muito ou pode ter muita seca, dependendo do grau que está a  
164 questão do Pinus e do eucalipto. Diz que tem toda uma problemática que não sabe se no Inventário  
165 está se tratando. Fala que a outra questão é a plantação da teca na Amazônia. Fala que visitou algumas  
166 localidades, em Paragominas, e as pessoas estão destruindo e estão plantando teca. Questiona se é  
167 Floresta Nativa e como é que será tratada a questão quando faz o levantamento, se o levantamento  
168 traz a questão do plantio das árvores nascentes do local. Fala que em Santa Catarina não se vê mais  
169 ipê, você não vê outras plantas que são nativas de lá, as pessoas não plantam, estão destruindo para  
170 plantar o pinus e eucalipto, que tem um impacto ambiental tanto para a cidade, tanto para as pessoas  
171 que estão no campo. Questiona se há algum estudo sobre essa questão. Diz que ao mesmo tempo falar  
172 dos trabalhadores e trabalhadoras que adoecem nesses locais, que são vítimas de um sistema que se  
173 trata de floresta pública, mas você vai lá é pinus, o que é uma problemática nessa questão.

174 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Diz que  
175 já tem recurso para realizar um estudo específico de florestas plantadas que não se iniciou ainda, mas  
176 já tem metodologia pronta e que em breve deve começar, inclusive na Amazônia. Fala que Santa  
177 Catarina é o Estado que está mais avançado. Informa que se pesquisar no site o inventario florístico  
178 de Santa Catarina, tem muita informação e como faz as pesquisas socioambientais, ele deve permear  
179 essas questões. Agora que a gente está pegando é o banco de dados dele para analisar e fazer os  
180 mesmos relatórios que se está fazendo para os outros Estados.

181 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Diz que se pode dar uma olhada  
182 no inventário com esse foco, mas o que a Sra. Cláudia disse é que Santa Catarina já tem uma base de  
183 informação muito grande, talvez o que precise é aprofundar um pouco esse estudo com a sua  
184 preocupação, que é válida, em relação a base florestal plantada de exótica e nativa.

185 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Diz que  
186 já fizeram várias teses a partir dos dados do inventário. A questão de espécies invasoras está se  
187 estudando.

188 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Fala que vai retornar a respeito,  
189 fazer um extrato da relação entre exótica e nativa e se na pesquisa socioambiental aparece de fato  
190 essa preocupação com relação ao trabalho no campo relacionado a exótico.

191 **MÁRIO CESAR MANTOVANI (ANAMMA)** – Cumprimenta a todos. Fala que na lei da Mata  
192 Atlântica fez-se um trabalho muito interessante de fazer uma Lei que permite o uso e a proteção da  
193 floresta. Quem viu o último levantamento que a ANAMMA fez com o MAP Biomas, pôde ver a força  
194 de restauração que teve as áreas em estágio inicial que não foi mapeado na SOS Mata Atlântica, só  
195 foi mapeado aquilo que está na Lei da Mata Atlântica. Fala que com a ANAMA a SOS Mata Atlântica  
196 fez uma parceria com o Serviço Florestal Brasileiro de trazer para os Municípios a questão da  
197 restauração florestal. A SOS Mata Atlântica já colocou 40 milhões de árvores nativas no chão, uma  
198 Organização não Governamental, com a busca de parceiros. Disse que trabalha com 86 espécies de  
199 vegetais diferentes por hectare, naquela resolução de São Paulo. Fala que viveiro da SOS Mata  
200 Atlântica já está com mais de 200 espécies e que trabalha com o Centro de Experimentos Florestais.  
201 É possível fazer um trabalho com essas espécies levando para os Municípios, levar o inventário para  
202 que o Município comece a ver a história das espécies que se perderam. Fala que muitos dos  
203 Municípios brasileiros eram reconhecidos, porque naquela região se produzia peroba, na outra não se  
204 produzia. Tem que fazer chegar na ponta, resgatar esses mateiros que estão lá, que fazem a coleta de  
205 sementes que para nós tem sido muito interessante, o SOS trabalha com 29 viveiros, que fornecem as  
206 essências florestais. Diz que é importante trabalhar isso, e lembrando que agora no Código Florestal  
207 terá introdução de exóticas nas áreas de reserva legal, um dos desastres que foi colocado pela bancada  
208 ruralista. Fala que toda restauração que a SOS faz nós cuidamos das árvores por oito anos em área de  
209 preservação permanente –APP e em reserva legal, ajudando fazer adequação daquelas propriedades.  
210 Fala que tiveram como experiência a de Caxias, que o Deusdará esteve lá. Observa que a SOS fez  
211 4.400 propriedades que dão 70% da comida que entra no CEASA do Rio Grande do Sul, só 5% das  
212 propriedades não estavam de acordo com o Código Florestal. Diz que 20% das propriedades em Santa  
213 Catarina não estão adequadas. Existe uma história dessas populações que tem deixado essas reservas  
214 legais, que tem deixado um patrimônio florestal das propriedades que precisa se discutir e reconhecer,  
215 na Lei da Mata Atlântica. Então nós temos aí um grande desafio, que o inventário vem para contribuir  
216 com ele.

217 **O SR. ANTÔNIO LUIZ MENEZES DE ANDRADE (ABEMA)** – Agradece por poder participar  
218 da Comissão e fala que é preciso realmente conhecer as florestas brasileiras. Diz que o Inventário é  
219 um trabalho muito importante. Pergunta qual é a estratégia que o Serviço Florestal vai utilizar para  
220 divulgar, para dar publicidade a esse trabalho que é tão importante e como é que as Secretarias  
221 Estaduais de Meio Ambiente podem ajudar nesse processo de publicidade de tanta informação que é  
222 fundamental para os planejamentos dos Órgãos ambientais como um todo.

223 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Fala que a primeira providência  
224 é se apropriar do dado. Diz que o Estado tem que conhecer o dado, tentar internalizar, e se for o caso  
225 o SFB pode fazer um workshop dentro do Estado, porque essa informação não é só para a área  
226 ambiental, também serve para a Secretaria de Agricultura, serve para as Entidades não

227 governamentais. Fala que hoje a questão da internet é um bom mecanismo de divulgação, mas tem  
228 que tentar sempre fazer a capilaridade para que o Estado chegue na ponta para quem usa o dado. Fala  
229 que a maior contribuição que se pode dar para o Estado é permitir esse ambiente de diálogo e de  
230 divulgação, porque os setores passam a se apropriar da informação e com isso a divulgação aumenta.

## 231 **2º INFORME: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS – SNIF**

232  
233 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Faz a  
234 apresentação do Informe sobre o Sistema Nacional de Informações Florestais que está previsto na lei  
235 nº 11.284 de 2006, que criou o SFB.

236 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a apresentação e passa  
237 para os questionamentos.

238 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Pergunta se as  
239 informações que estão no SNIF são pouco divulgadas, porque as pessoas perguntam. Diz que tem que  
240 se apropriar mais dessas informações e divulgar, porque é uma dificuldade obter esses dados.

241 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Fala  
242 que tem um trabalho grande de pesquisa, atualização e que são disponibilizados todos os dados de  
243 todos os produtos florestais. Todas as informações estão no site. Diz que a equipe faz um esforço  
244 muito grande para manter o mais atualizado possível os dados, por exemplo, dados do IBGE, tem uns  
245 que tem dois anos defasados, mas é o dado mais atual do país.

246 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Pergunta se o  
247 Workshop seria uma opção para sintonizar com os Estados.

248 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Fala  
249 que seria esse público-alvo, essas pessoas que participaram para consolidar o que seriam as  
250 informações que realmente vão constar desse site no cerrado. Site que será um modelo que espera  
251 fazer para os outros biomas também.

252 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Diz achar que esses dados são  
253 fundamentais para qualquer definição estratégica. Fala que no PAOF 2018 tem os dados do IBGE  
254 sobre a produção madeireira. Questiona se o que se considera nesses dados é o total da produção  
255 madeireira da Amazônia. Se o total de transações dentro do sistema DOF, é o volume pesquisado em  
256 campo.

257 **O SR. MARCOS BAUCH (Analista Ambiental/SFB)** – Diz que as informações lançadas no PAOF,  
258 algumas vêm do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e o IBGE tem uma  
259 série histórica bastante longa de dados de produção madeireira no país, madeira em tora, seja de  
260 florestas naturais, seja de florestas plantadas. Ressalta que o IBGE tem as fontes próprias, tem  
261 informantes, e também se vale de informações secundárias, inclusive informações que vem do DOF  
262 e dos sistemas Estaduais. Então as informações do ponto de vista absoluto não são iguais, mas do  
263 ponto de vista de tendências são muito próximas. Então, por exemplo, o se vê na curva dos dados do  
264 IBGE é bastante próximo do que se verifica com os dados do DOF.

265 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** –  
266 Ressalta que se quiser fazer a pesquisa pelo SNIF tem desde 97 e pode pesquisar por Estado, por data,  
267 de extração madeireira, por tipo de produto.

268 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Fala do quanto que  
269 é importante os dados para o Instituto, que estão com o lançamento de uma plataforma tanto no Mato  
270 Grosso, como no Acre. Propõe que todos esses números, inclusive os da Amazônia Legal, entrem  
271 como dados porque eles têm recurso e estarão alimentando essa plataforma de informações com todos  
272 os dados dos produtos madeireiros e não madeireiros.

273 **O SR. MANOEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Pergunta se está sendo pensado na necessidade de  
274 um aprofundamento das informações sobre o manejo comunitário na Amazônia. Os dados oficiais  
275 que se tem são de 2010 e um levantamento feito pelo Serviço Florestal Brasileiro que desse ano até  
276 2017 não está atualizado. Pede a atualização dos números.

277 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente de Informações Florestais/SFB)** – Diz que  
278 no SNIF ainda tem que avançar mais em informações sociais e políticas.

279 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Diz ao Sr. Manoel Amaral que  
280 está registrada a preocupação e conta com a colaboração de todos. Agradece e passa para o próximo  
281 tema de pauta.

282 **1º TEMA DE PAUTA: EDITAL DE CONCESSÃO DA UNIDADE MANEJO**  
283 **FLORESTAL NA FLONA DO JAMARI.**

284  
285 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB)** – Faz a apresentação  
286 do 1º Tema de Pauta, sobre o Edital de Concessão da Unidade Manejo Florestal na FLONA do Jamari  
287 e, em seguida, o 3º Informe, sobre Concessões Florestais.

288 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a apresentação e passa  
289 para os questionamentos.

290 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Diz que na  
291 apresentação na retirada seletiva já tinha feito então o inventário a 100%, questiona se voltam na área  
292 e viram qual foi a quantidade. Ressalta o quanto o manejo florestal é a única ferramenta que se tem  
293 para manter floresta em pé, conforme mostrado nos mapas da apresentação, as áreas em volta se  
294 acabaram, é o que se vê no Acre e em todo lugar, por isso a importância do plano de manejo. Diz que  
295 no Antimari que não é concessão, mas é parecido, no Acre, e o valor de R\$ 40,00 por metro cúbico  
296 passou para R\$ 45,00. Fala que estão fazendo uma conta básica, R\$ 45,00 que volta para os  
297 comunitários que moram dentro da área, 110 para explorar, que é para cortar, para esplanar, que é o  
298 que a pessoa que vai fazer a exploração mais R\$ 60,00 vai chegar a R\$ 235,00, R\$ 240,00,  
299 dependendo da localidade da indústria, no pátio da empresa. Madeira branca ou madeira dura, porque  
300 classifica em duas, antes eram três: nobre, dura e mole, e hoje se sofre com as florestas plantadas que  
301 não está tendo mercado para madeira branca. Diz que o preço apresentado pelo SFB está excelente,  
302 porque infelizmente o preço da madeira não teve acréscimo, cada dia o que sobe é o preço do serviço.  
303 Fala que vai divulgar. Pergunta se já estão fazendo proposta ou já tem procura, já tem alguma  
304 conversa com alguém.

305 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB)** – Agradece o  
306 feedback positivo acerca do preço estabelecido na modelagem, o que dá confiança e respaldo para  
307 quando houverem as consultas públicas. Diz que já existe interesse, que o SFB recebe indicações  
308 esporádicas de manifestações de interesses não formais. Fala que não espera ter problemas em atrair  
309 investidores para essa Unidade de Manejo Florestal. Fala que que ainda vai iniciar um processo de  
310 divulgação desse edital, vai realizar as audiências públicas, irá aos Municípios realizar as audiências

311 públicas na localidade, fazer a divulgação que sempre se faz. Diz que quem é do setor, do ramo  
312 sempre pergunta quando é que vai sair Jamari.

313 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Pergunta se voltaram  
314 lá e aferiram qual é a quantidade, se foi tirada só as de alto valor.

315 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB)** – Diz que não  
316 voltaram na área para fazer um inventário, o inventário que tem em 100% é das duas UPAS que o  
317 concessionário já tinha realizado. O que tem é o inventário das outras Unidade de Manejo Florestal -  
318 UMFs, que a floresta tem uma característica comum, e fez algumas hipóteses na modelagem. Fala  
319 que fez uma modelagem pressupondo que nessas áreas não haveria espécies, por exemplo, de grupo  
320 1 e grupo 2, grupo de valor, e fez nessa hipótese que é um pouco restritiva naturalmente, mas também  
321 bastante conservadora para garantir que o preço não estará exorbitante, mas durante o edital a área  
322 vai estar aberta e os interessados poderão visitar a UMF e fazer uma avaliação de qual que é o  
323 potencial econômico daquela floresta.

324 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Diz que é importante ressaltar de fato a  
325 importância da destinação dessa área para que de fato isso não suje a imagem das concessões diante  
326 de um fato que pode acontecer, uma empresa a qualquer momento pode ter algum problema financeiro  
327 e o contrato ser rescindido. Fala da demora que foi esse processo, porque foi o que acarretou esse  
328 corte seletivo em boa parte da área, 20% da área. Pergunta como que o Serviço Florestal pode agir de  
329 forma mais rápida em casos que obviamente não gostaria que acontecesse, mas que se acontecer o  
330 que está sendo pensado que fica de aprendizado sobre o que aconteceu nessa área.

331 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB)** – Diz que lamenta a  
332 demora. Fala que os recursos são muito escassos, e as metas são muito ambiciosas, hoje o SFB não  
333 está com a mesma capacidade que tinha três anos atrás. O Serviço Florestal perdeu servidores e possui  
334 mais contratos para gerir, o que consome bastante tempo, mas o SFB está utilizando melhor  
335 ferramentas de tecnologia, para poder automatizar o máximo possível o trabalho. Diz que o que está  
336 sendo feito é a tentativa de modelar de modo a possibilitar uma transição de um concessionário que  
337 vai entregar a concessão, encontrar algum mecanismo para que o fim do contrato seja menos  
338 traumático, seja mais planejado.

339 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Fala que tem dois pontos que  
340 foram cruciais para a demora. Primeiro a questão jurídica, havia um questionamento e o SFB defendia  
341 a possibilidade de chamar o segundo colocado. Infelizmente no caso das concessões desse modelo de  
342 licitação essa possibilidade de chamar o segundo colocado imediatamente não foi possível. Segundo,  
343 O SFB teve que remodelar tudo, quer dizer, não teve como replicar modelos existentes, na medida  
344 que a área já tinha sido explorada, é uma nova licitação em ter todos os obstáculos de uma nova  
345 licitação. Fala que a colocação é importante, houve um aprendizado nesse processo, e o que se espera  
346 é que isso não aconteça mais, mas o SFB tem que trabalhar com algumas salvaguardas se  
347 eventualmente isso vir a acontecer de novo, para que de fato não possa essa demora causar a invasão  
348 da área, constrangimento, custo de fiscalização, que o Serviço Florestal teve que apoiar o ICMBio e  
349 o IBAMA com diárias para poder não deixar que a exploração fosse tão intensiva que prejudicasse a  
350 unidade de manejo. Agradece a colocação do Sr. Leonardo Martins e diz que sabe que as ONGs  
351 apoiam as concessões e entendem que esse modelo é um modelo importante inclusive para o combate  
352 ao desmatamento e ao mercado ilegal de madeira.

353 **O SR. VILMAR OSOVSKY (CONTICOM)** – Questiona quem fiscaliza o desmatamento, tendo  
354 em vista que entende como desmatamento, porque está retirando parte da floresta. Pergunta como



355 fica a questão social e política. Pergunta como fica após a retirada da madeira, se terá  
356 acompanhamento, se vai tirar toda a madeira e depois de 30 anos, virá o plantio do pinus, do eucalipto.

357 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente de Concessões Florestais/SFB)** – Responde  
358 primeiramente que não é desmatamento, e sim que é a Administração, é a gestão da floresta da forma  
359 mais científica e rastreada possível. Mostra na apresentação como era essa Floresta Nacional em  
360 1984, como era o entorno dela, era floresta. Solicita que observe a Floresta Nacional do Jamari, o  
361 entorno dela foi todo desmatado, diz que nesse sim foi desmatado e a maioria foi ilegal. Fala que a  
362 área sob concessão, sob manejo é a verde, ou seja, a presença do concessionário, a presença do Estado  
363 planejando, organizando, fiscalizando a exploração permitiu que aquela área ficasse íntegra. Fala que  
364 são retiradas seis árvores por hectare. Diz que a intensidade de manejo é extremamente baixa, é tudo  
365 calculado, rastreado, de qual toco saiu, para onde está indo. Sugere que na próxima oportunidade o  
366 SFB mostre o sistema de cadeia de custódia. Ressalta que assim o melhor possível na exploração  
367 florestal acontece nesse regime de concessão, com impacto mínimo, e todas as condições de reduzir  
368 impacto são colocadas. Diz que com relação ao pinus e eucalipto não existe a possibilidade de plantar  
369 exótica, o manejo florestal é uma técnica que você colhe e permite que a regeneração aconteça. Fala  
370 que só retira aquilo que a floresta tem capacidade de recompor. Fala que outra coisa é a repartição  
371 dos benefícios para a sociedade, para a Prefeitura, para o Estado e União, que está prevista em Lei.  
372 Diz que essa lei foi duramente discutida no Congresso Nacional e houve uma participação muito  
373 extensiva de todo segmento da sociedade. Informa a destinação do percentual da geração de receita  
374 das florestas nacionais: 20% fica para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal que é gerido  
375 pelo SFB, e é para projetos florestais; 20% para os Municípios; 20% para os Estados, e 40% com o  
376 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Explica que os Municípios  
377 recebem uma parte desse rendimento e a preocupação social é preventiva a concessão, é proibido  
378 fazer concessão florestal em áreas onde tem populações e comunidades tradicionais. Então convida  
379 o Sr. Vilmar na próxima oportunidade para conhecer, porque esse sistema de concessões é  
380 absolutamente transparente, sofisticado, e por essa razão gera um processo de demora de colocar as  
381 concessões, porque ele é extremamente discutido.

382 **O SR. VILMAR OSOVSKY (CONTICOM)** – Diz que gostaria de conhecer mais sobre as  
383 concessões florestais, porque a realidade e experiências que se tem não são as mostradas, portanto é  
384 importante conhecer. Fala que quer contribuir para poder ajudar no debate, não é totalmente contrário  
385 a exploração, mas quer entender um pouco melhor.

386 **A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES (MPOG)** – Diz que faz parte dos Comitês dos planos  
387 de combate ao desmatamento que é o PPCDAM e o PPC Cerrado e dentro desses Planos houve  
388 alteração na última revisão, onde criaram um novo eixo, que se chama eixo de instrumentos  
389 normativos e econômicos. Fala que o objetivo é fazer alterações na legislação ou fomentar incentivos  
390 econômicos e financeiros para a queda do desmatamento. Nessa discussão se montou um grupo de  
391 trabalho e nesse grupo de trabalho está começando a discutir a questão de compras públicas  
392 sustentáveis e nesse contexto a ideia é iniciar uma discussão da questão de compra de madeira oriunda  
393 de concessão, mas tem que fazer um estudo se há essa demanda e se não há, como é que se pode  
394 fomentar, se seria algum tipo de mudança na legislação ou se algum tipo de alteração processual. Fala  
395 que o objetivo é deixar essa questão para debater o tema. Diz que já iniciou esse debate na Casa Civil  
396 e na Secretaria de Gestão. Diz que a Secretaria que trabalha seria o piloto de compras públicas  
397 sustentáveis e a sugestão começaria com a madeira oriunda de concessão.

398 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a colaboração da Sra.  
399 Raquel Alves e passa a para o Sr. Marcus Vinicius da Silva Alves.

400 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Diz que essa discussão faz parte  
401 de um dos eixos do PPCDAM. No contexto dos instrumentos econômicos, a questão das compras  
402 públicas, já de longa data, tem sido colocada como um instrumento indutor de uma política de uso  
403 sustentável do recurso florestal. A possibilidade de ter as concessões como piloto é real, é  
404 completamente factível, o SFB está tratando o tema com a Casa Civil, no âmbito de uma discussão  
405 onde o elemento central é o combate ao desmatamento. Fala que o tema foi discutido em reunião no  
406 Conselho de Defesa Nacional. Reforça que comando e controle tem suas limitações e consomem  
407 enorme quantidade de recursos do Governo Federal e também dos Estados. Fala que a questão do  
408 fomento é um elemento chave nesse processo de combate não só ao desmatamento, como a  
409 degradação florestal. Diz que já há discussão sobre a questão das compras públicas e que o Sr. André  
410 Andrade, da Casa Civil, o Sr. Fabiano (MPOG), e o SFB estão definindo uma estratégia para dar  
411 continuidade nessa discussão. Diz ainda que o espaço mais apropriado para isso é o PPCDAm.  
412 Ressalta que mais do que focar as concessões nas compras públicas, deve-se focar na capacidade de  
413 ofertar madeira rastreada. Se puder começar um piloto a partir das concessões, por ser algo mais  
414 controlado, será ótimo. O objetivo final é garantir mecanismos de indução da produção de madeira  
415 rastreada no país. Quando isso acontecer, os esforços de comando e controle vão ser bem menores e  
416 menos necessários do que eles são hoje.

417 **O SR. ANTÔNIO LUIZ MENEZES DE ANDRADE (ABEMA)** – Reforça que a exemplo do que  
418 é a estratégia de criação e implementação de unidades de conservação, a concessão florestal dará uma  
419 contribuição muito grande para conservação das florestas do País. Diz que no Estado do Amazonas,  
420 apesar dos esforços, não consegue segurar o desmatamento no Sul do Estado onde tem algumas  
421 florestas Estaduais também. Fala que o processo das concessões ainda é demorado porque tem que  
422 ser criterioso, tem que garantir a salvaguarda dos atores sociais que lá estão, das populações, dos  
423 Municípios, mas que o processo já avançou muito e cabe destacar a importância do Serviço Florestal  
424 Brasileiro na liderança dos processos. Disse que estão ansiosos para que comece a rodar as concessões  
425 Estaduais em Rondônia e que estão com a meta de ainda pelo menos aprovar o PAOF esse ano de  
426 três florestas, Floresta de Maués, Floresta de Canutama e de Tapauá, para no ano de 2018 tentar rodar  
427 a primeira concessão. Reforço que em todos os Estados, a Amazônia em particular, a expectativa da  
428 concessão decolar é muito positiva, é realmente uma agenda importante de controle de desmatamento.

429 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece o Sr. Antônio Luiz.  
430 Diz que o SFB está apoiando o Acre numa concessão vai lançar agora. O Amapá também. Fala que  
431 o Pará já tem uma atividade já mais estabelecida de concessões Estaduais também com o apoio do  
432 SFB. Fala que o papel do SFB é de estimular que essas concessões Estaduais aconteçam, que esse  
433 fornecimento não pode estar exclusivamente nas áreas Federais e que os Estados têm que entrar no  
434 jogo e quanto mais ampliar essa área em regime de concessão em modelo florestal sustentável, mais  
435 o mercado vai ser abastecido com madeira rastreada e madeira legal.

436 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVES DE OLIVEIRA (CNI)** – Fala que todos devem  
437 unir força para combater a madeira ilegal e não fazer diferença de concessão para florestas públicas,  
438 porque o grande objetivo de todos é manter floresta em pé, produzindo, e fortalecendo os mecanismos.  
439 Como já foi colocado pelo Sr. Henrique Dolabella, já tem uma dificuldade muito grande para fazer  
440 as coisas acontecerem no País por conta da burocracia, por conta que tem que ter visibilidade, e tem  
441 que contemplar sempre as comunidades, os Municípios, os Estados. Diz que o que deve ser feito é  
442 unir forças para apoiar o Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, e todos os que estão envolvidos, as  
443 ONGs as quais são tão importantes para o processo, a sociedade civil como um todo, para fazer com  
444 que a madeira tenha diferença da legal para a ilegal. Ressalta que as compras responsáveis tanto pelo  
445 Governo Federal, Estaduais e Municipais devem existir. Diz que se coloca à disposição como CNI,  
446 como Federação Nacional, como a FIAC e o próprio Fórum, para poder travar essa luta e fazer com  
447 que a madeira manejada, certificada, tenha um valor diferenciado.

448 **O SR. MANOEL AMARAL NETO (FBOMS)** – Diz que tem que haver engajamento dos diversos  
449 atores na defesa das concessões florestais, o que está distante de ocorrer especialmente no contexto  
450 amazônico. Fala que tem algumas teses sendo fomentadas por Órgãos de controle absolutamente ruins  
451 e que podem efetivamente comprometer a eficácia daquilo que se está discutindo e defendendo aqui.  
452 Fala que a premissa é que o manejo florestal através das concessões florestais constitui uma  
453 alternativa primordial para combate ao desmatamento na Amazônia. Ressalta que um dos aspectos é  
454 o engajamento da sociedade e aqui devemos pensar em como que se pode efetivamente fortalecer,  
455 nas localidades, esse engajamento da sociedade. Fala da necessidade das informações chegarem como  
456 deveriam chegar a sociedade. Então, o que está discutindo aqui é o manejo versus o desmatamento, e  
457 se tem que garantir que os mecanismos de manejo sejam eficazes.

458 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Diz que tem sido uma grande  
459 preocupação do SFB. Diz que a comunicação, de como esclarecer que concessão é de fato um  
460 instrumento primordial para o combate do desmatamento legal é fundamental. Fala da importância  
461 do engajamento não só da comunidade que é beneficiada, mas do Município e de todos aqui. Pede  
462 que apontem como fazer, com divulgar, porque está em risco o manejo florestal, à medida que está  
463 sendo questionado.

464 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Diz que é uma preocupação grande de toda  
465 a sociedade civil organizada. Fala que se tem discutido inclusive na pauta do grupo do GT de  
466 Economia de Floresta Tropical dentro da Coalizão Clima, Floresta e Agricultura. Ressalta a  
467 importância da iniciativa do Ministério do Planejamento e informa que a questão das compras  
468 públicas responsáveis é uma das pautas do GT da Coalizão. Fala que a Sociedade Civil se coloca à  
469 disposição no que for preciso dentro dessa empreitada do Ministério do Planejamento.

470 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece e ressalta que o SFB  
471 está junto para construir e acatar sugestões.

472 **O SR. GLAUBER MARCIO SUMAR PINHEIRO (SBEF)** – Fala que a questão básica seriam os  
473 dados científicos não com referência ao manejo de uma forma geral, mas com referência aos locais  
474 onde está sendo realizado, dados de campo, de obtenção, de recuperação de incremento da floresta,  
475 nos locais onde foi tirado. Fala que seria parte de propaganda, os dados econômicos de benefício para  
476 as comunidades locais, que seriam uma base de início dessa divulgação de uma aceitação melhor pela  
477 sociedade.

478 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Registra e diz que o SFB vai  
479 tentar envolver a Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais em dois pontos: a questão da  
480 participação dos biólogos no IFN e a questão do resgate do manejo florestal.

481 **O SR. GLAUBER MARCIO SUMAR PINHEIRO (SBEF)** – Diz que nas questões que envolvem  
482 os biólogos fica à disposição.

483 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece ao Sr. Glauber.  
484 Pinheiro e passa para o próximo ponto de pauta que é Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF  
485 2018.

## 486 **2ºTEMA DE PAUTA: PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL - PAOF 2018.**

487  
488 **O SR. MARCOS BAUCH (Analista Ambiental/SFB)** – Realiza a apresentação sobre o PAOF  
489 2018.  
490

491 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a apresentação e passa  
492 para os questionamentos e comentários.

493  
494 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Diz que no início do documento trata sobre  
495 serviços florestais que é possível e se sabe que não é possível venda de carbono. Questiona o que se  
496 incluiria dentro desses serviços florestais. A própria lei ela estabelece que o concessionário pode não  
497 necessariamente só ficar na parte florestal, ele pode promover turismo dentro das suas áreas, ele tem  
498 essa possibilidade de usar a área concedida para outros fins, e nisso se inclui os serviços ambientais  
499 num bojo bem grande assim. Questiona se é só o carbono que está fora ou se poderia eventualmente  
500 questão dos serviços ecossistêmicos.

501 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Fala que a lei veda a  
502 comercialização do carbono por parte do concessionário da mesma forma que a lei veda de parte do  
503 concessionário acesso a recursos hídricos, recursos minerais, recursos genéticos e a fauna. Diz que o  
504 PAOF reflete os limites que a lei impõe. A lei dá possibilidade de se fazer concessão para produtos  
505 que sejam madeireiros, não madeireiros e serviços, exceto aqueles que direta ou indiretamente estão  
506 relacionados a essas vedações. Os serviços que, eventualmente são permitidos: visitação, trilhas,  
507 hospedagem, por exemplo, podem ser explorados se o concessionário, além de fazer o manejo  
508 florestal, ainda quiser estabelecer, em função da proximidade ou da possibilidade de mercado, trilhas  
509 interpretativas na área de manejo florestal e, especialmente, naquela área que está em pousio após o  
510 manejo. Fala que se quiser fazer algum tipo de alojamento, algo rústico, para esporte de aventura e  
511 coisas desse tipo também poderá, a depender da aprovação da atividade que ele está propondo a fazer,  
512 assim como o próprio manejo madeireiro.

513 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Pergunta se explorar serviços de  
514 treinamento dentro de uma unidade de manejo é possível.

515 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Diz que em tese é possível ter,  
516 por exemplo, uma concessão para fins de treinamento. Diz que, do ponto de vista da sustentação  
517 financeira, o modelo deve “ficar em pé”, porque do contrário não vai ter atratividade e não terá  
518 interessados. Em momentos passados, o Serviço Florestal já cogitou discutir essa ideia, mas a  
519 complexidade de um modelo que na verdade venha suportar os custos da atividade de treinamento, a  
520 partir única e exclusivamente da remuneração via produto principal, que é a madeira, ainda deixa o  
521 tema em aberto. A concessão é um instrumento de gestão de florestas públicas pela via do manejo,  
522 mas esse instrumento, até mesmo pelo fato de ser uma contratação com o poder público, implica no  
523 aumento natural de custos do processo. Então, por exemplo, o SFB tem pensado, ao longo de todo  
524 esse tempo, a possibilidade que a lei traz para a concessão para fins de recomposição de áreas  
525 alteradas, de áreas degradadas. Apesar de todo interesse do Serviço Florestal, até hoje não se  
526 conseguiu avançar justamente pela complexidade da modelagem. O SFB ainda não foi capaz de  
527 estabelecer ou de desenhar um modelo que permita, por exemplo, que uma concessão com o objeto  
528 central de treinamento seja economicamente viável.

529 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Fala que viu a questão da gleba Curuquetê  
530 e em alguma parte do texto tem que ainda não foi feito o processo de afetação ou destinação para o  
531 Serviço Florestal. Questiona como que está esse processo e se vai dar tempo de ser finalizado sabendo  
532 que esses processos não são rápidos e esse PAOF é para 2018. Fala que no texto do PAOF vê que um  
533 dos filtros tem a exclusão de áreas que não tem planos de manejo aprovados, que isso chega a 7  
534 milhões de hectares, pensando nos anos seguintes, questiona o que está sendo feito, o que está sendo  
535 empreendido para que esses planos de manejo sejam efetivados e que se consiga fazer concessão  
536 nessas áreas. Fala que outra questão que chama a atenção de fato é a quantidade de processos  
537 minerários em algumas Flonas, e principalmente de Crepori, Amana e Itaituba. Diz que na prática, os

538 concessionários são de certa forma afetados com essa redução de área de manejo. Pede para corrigir  
539 alguns erros de digitação em relação ao PAOF, consta que o ano é 2017, mas esse é 2018.

540 **O SR. MARCOS BAUCH (Analista Ambiental/SFB)** – Registra as correções que serão nas páginas  
541 30 e 48.

542 **O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB)** – Diz que a Gleba Curuquetê tem  
543 estado nos PAOFs anteriores e está com a previsão de estar no PAOF 2018. Primeiro, como uma  
544 sinalização de interesse do Serviço Florestal e de comunicação com a sociedade dessas áreas de  
545 interesse. Sejam no caso de unidades de conservação na categoria de florestas nacionais, seja essa  
546 porção específica dessa gleba, porque isso é parte do processo de transparência e de comunicação  
547 com a sociedade. O primeiro elemento de transparência e de comunicação em relação as concessões  
548 é o próprio Cadastro Nacional de Florestas Públicas, ou seja, é o primeiro momento onde toda  
549 sociedade pode olhar e se enxergar enquanto interesse naquilo que o estado brasileiro identificou e  
550 cadastrou como uma floresta pública. Num segundo momento, de forma específica para a concessão,  
551 está no PAOF, que é um instrumento de planejamento. É um plano onde ele indica intenção, o que é  
552 que o Serviço Florestal intenciona trabalhar e materializar na forma de um contrato de concessão no  
553 ano seguinte. Diz que isso não é uma garantia de materialização do contrato de concessão, mas é uma  
554 sinalização e é uma autorização do ponto de vista legal. Não se pode iniciar os procedimentos formais  
555 da concessão de uma floresta que não conste do PAOF. Então todo processo e toda a concessão  
556 florestal se materializa num processo administrativo, que tem, após o PAOF, o ato do Ministro de  
557 Estado autorizando que todos os procedimentos administrativos tenham início para fins de concessão  
558 de uma determinada área e para isso precisa estar com essa floresta no Plano Anual de Outorga  
559 Florestal. Em relação à gleba Curuquetê, ela depende fundamentalmente da Secretaria de Patrimônio  
560 da União – SPU. Todos os procedimentos que deveriam ser feitos, já foram feitos. Fala que do ponto  
561 de vista formal, técnico, todos os procedimentos no âmbito do Terra Legal foram adotados para que  
562 essa gleba viesse a ser destinada especificamente para concessão, sem a necessidade de ser afetada  
563 preliminarmente na forma de uma unidade de conservação, e por isso que ela está como um piloto  
564 para que consigamos trilhar o caminho e depois transformar isso em uma rotina. Mas até o momento  
565 não fomos felizes e ainda enfrenta se dificuldades no âmbito da SPU. Diz que no momento que a SPU  
566 fizer o termo de entrega ao Serviço Florestal Brasileiro dessa porção delimitada nos moldes que está  
567 no PAOF, aí estaremos autorizados a iniciar o processo para a concessão daquela área. Quanto a  
568 questão dos processos minerários, tem duas coisas: uma são os processos minerários legais, que são  
569 autorizados pelo DNPM, e isso não tem problema, o problema se dá com as questões do garimpo  
570 ilegal e isso sim é um problema, especialmente para as áreas ainda não concedidas, por que esses  
571 processos eles têm uma dinâmica muito própria, muito particular, e essa dinâmica traz  
572 comprometimentos ambiental, florestal e social muito grandes para as áreas que se pretende colocar  
573 em concessão. Fala que nas áreas sob concessão essas situações são mais esporádicas. Cita como  
574 exemplo, um caso pontual com a Concessionária Amata no Jamari. É algo em torno de um hectare e  
575 meio, então é algo pouco significante, mas que causa um certo incômodo, especialmente numa área  
576 que é certificada. Diz que essas questões são tratadas do ponto de vista do comando e controle, pelo  
577 Instituto Chico Mendes e Ibama. O SFB avalia o eventual dano para definir a necessidade de algum  
578 reequilíbrio do contrato. Diz que no caso das usinas hidrelétricas na verdade o SFB está à mercê das  
579 decisões que, muitas vezes, são monocráticas do Chefe do Poder Executivo ou do Congresso  
580 Nacional. Porém, as salvaguardas estão previstas nos contratos de concessão. Portanto, se  
581 eventualmente uma área sob concessão venha a ser alagada por conta de um complexo de  
582 barramentos, essa área que vai ser alagada e que vai deixar de ser parte da unidade de manejo, vai ser  
583 objeto de reequilíbrio do contrato. Da mesma forma, se eventualmente eu tenho uma área sob  
584 concessão e que por qualquer razão a unidade de conservação venha a ser desafetada, como hoje está  
585 em discussão no Congresso Nacional algumas medidas provisórias dessa natureza, o contrato seria

586 passível de reequilíbrio, chegando até a necessidade de indenizar eventualmente o concessionário.  
587 Então, essas são previsões que os contratos têm, seja ele um contrato de concessão de uma rodovia,  
588 de aeroportos, ou de concessão florestal.

589 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Diz que curuquetê é o nosso  
590 sonho de consumo até para poder testar uma modelagem diferente, uma coisa mais simplificada. Fala  
591 que houve uma reunião na semana passada com o ICMBio, para que o SFB e o ICMBio trabalhem  
592 em conjunto, para agilizar as prioridades, para reduzir o tempo de transação entre o ICMBio e o  
593 Serviço Florestal Brasileiro nas áreas do PAOF que são prioritárias.

594 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Diz que só citou curuquetê porque também  
595 é o sonho de consumo da sociedade civil no sentido de conter o desmatamento que está avançando  
596 naquela região.

597 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Fala que tem um problema sério  
598 que se não acontecer dentro da urgência que o caso requer, a área vai diminuir ao ponto que  
599 economicamente não será possível mais fazer a concessão. Inclusive, o terceiro setor pode ajudar  
600 porque o Ministro tem essa sensibilidade muito grande em relação as concessões. Então qualquer  
601 manifestação nesse sentido fortalece mais a posição do Ministro, porque se eventualmente esse  
602 negócio demorar mais um ano, na hora que entregarem para a gente vão entregar um problema.

603 **O SR. ROGÉRIO DE OLIVEIRA GONÇALVES (Capitão de Mar e Guerra/MD)** –  
604 Normalmente, o Ministério da Defesa coloca seu ponto de vista de olhar a fronteira sob o ponto de  
605 vista da segurança. Fala que tem que ter uma visão de futuro, olhar para que tipo de potencialidade  
606 pode trazer o manejo sustentável das florestas brasileiras, e enxergar isso como um vetor de indução,  
607 de integração e de desenvolvimento. Diz que o Ministério da Defesa tem um olhar muito crítico e  
608 sério para a região de fronteira do Brasil. Fala da importância de desenvolver e se integrar, que é um  
609 caminho importante, da utilização sob o ponto de vista da sustentabilidade do uso das nossas florestas,  
610 que pode contribuir para diminuir o desmatamento ilegal. Diz que tem as questões de mercado que  
611 são muito difíceis de se vencer, a madeira legal é bacana, mas continua sendo cara, então tem gente  
612 que procura a madeira ilegal. Mas existem estratégias que aos poucos vão mudando esse pensamento,  
613 essa maneira de conscientização da sociedade.

614 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece e diz que precisa  
615 realmente virar o jogo na comunicação, porque se não virar o jogo na percepção da sociedade com  
616 relação à concessão, se essa percepção não for positiva, o Ministério Público cresce em cima e a gente  
617 tem sempre problema e adia mais, gera mais custo de transação. Pergunta se há mais alguma  
618 consideração com relação ao Plano Anual de Outorga Florestal 2018, como não teve, considera  
619 atendido o parágrafo 1º do artigo 10 da Lei 11.284/2006, que dispõe sobre a submissão do PAOF à  
620 manifestação da CGFLOP. A minuta do Plano de Outorga Florestal – PAOF 2018 cumpriu com o  
621 requisito estabelecido pela referida Lei, e segue para análise e deliberação do MMA. Em seguida,  
622 passa para o informe final a ser feito pelo Diretor de Fomento e Inclusão, sobre o CAR, manejo  
623 florestal comunitário e recomposição florestal.

624  
625 **INFORME: NOVAS ATRIBUIÇÕES QUE O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**  
626 **COM A PUBLICAÇÃO DO DECRETO 8.975/2017.**

627  
628 **O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM (Diretor/SFB)** – Realiza a apresentação do  
629 informe sobre as novas atribuições do Serviço Florestal Brasileiro com a publicação do Decreto 8975  
630 de janeiro de 2017.

631 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece e passa para os  
632 questionamentos.

633 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Fala que a CNI tem  
634 parceria com o Serviço Florestal Brasileiro e recomenda que os troféus da premiação do Prêmio não  
635 sejam de acrílico, sejam de madeira, de preferência certificada.

636 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a recomendação e diz  
637 que o SFB vai trabalhar para que seja de madeira de concessão garantindo, inclusive, a rastreabilidade  
638 do troféu.

639 **A SRA. ADELAIDE DE FÁTIMA GONÇALVEZ DE OLIVEIRA (CNI)** – Coloca à disposição  
640 o centro de tecnologia madeira e móveis que tem no Instituto no Acre, que é certificado pela FSC.

641 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB)** – Agradece a Sra. Adelaide de  
642 Oliveira e a todos os membros presentes e considera a reunião encerrada.